



CAPÍTULO 7

FORMAÇÃO DO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS NO CURSO DE PEDAGOGIA, NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

Ane Renata Dal Pisol
Sandra Regina Gardacho Pietrobon

RESUMO

A investigação documental ocorreu por meio de análises e comparações das grades curriculares, numa perspectiva qualitativa, dando ênfase no conteúdo destinado aos anos iniciais, tal qual como disciplinas conteudistas e o estágio supervisionado. Depois de realizada a análise dos dados, observou-se que as respostas obtidas apresentam pontos consideráveis que demonstram uma preocupação, por parte das instituições, em oferecer disciplinas que tragam um aporte teórico significativo para os seus estudantes, relacionando teoria e prática afim de propiciar boas conduções metodológicas e didáticas. Observou-se que algumas grades curriculares buscam compensar a ausência de algumas disciplinas com propostas alternativas, como estabelecer um estágio supervisionado com maior carga horária ou pela inserção de disciplinas optativas/eletivas em seus currículos, afim de garantir efetivamente o ensino e o acesso do aluno, combinando práticas e diretrizes para produzir sugestões pedagógicas eficazes que permitam o pleno desenvolvimento do aluno.

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente. Anos Iniciais. Curso de Pedagogia. EaD.

1. INTRODUÇÃO

A escolha por esse tema surgiu a partir de conversas sobre a formação de professores na modalidade a distância e sobre o questionamento de como as grades curriculares das instituições que ofertam esses cursos estão dispostas às disciplinas destinadas aos anos iniciais.

Para Pietrobon e Frasson (2021), pode-se perceber que a modalidade a distância e a presencial são universos diferentes, dadas suas outras características nos métodos de ensino e aprendizagem, e por conta da relação assíncrona entre professores e alunos.

A modalidade a distância exige a criação de formas e meios de interação, permitir o desenvolvimento de conteúdos e a sua aprendizagem de forma que a formação profissional não seja fragilizada. Assim, surgem as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), que garantem que o ensino na modalidade a distância chegue a todas as pessoas.

O objetivo deste trabalho se coloca no ato de realizar um estudo abordando a formação docente para os anos iniciais, nos cursos de Pedagogia na modalidade a distância.

O presente estudo possui os seguintes objetivos, os quais buscou-se contemplar no percurso:

Como objetivo geral: realizar um estudo acerca da formação docente para os anos iniciais, em cursos de Pedagogia, na modalidade a distância. E, como objetivos específicos:



aprofundar estudos acerca dos princípios e saberes relacionados à formação de professores para os anos iniciais; compreender princípios da modalidade EaD, na formação docente; discutir, a partir da pesquisa efetivada, as contribuições e possíveis lacunas acerca da formação para a docência nos anos iniciais, na modalidade EaD.

2. METODOLOGIA

O campo de estudo se deu através do questionamento de qual é o espaço nos cursos de Pedagogia, na modalidade a distância, para a área formativa dos anos iniciais, partindo do fato de que a formação para atuar nos anos iniciais é um encargo do curso de Pedagogia durante a graduação.

Os dados foram coletados a partir de sete sites de instituições privadas, e foram organizados e codificados por meio de alguns procedimentos a fim de, representar assim, a descrição e representação do conteúdo das questões com fundamentação em autores, sendo uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica pautou-se na busca de referenciais que deram suporte à base teórica do estudo, já a análise documental pautou-se na análise de documentos que ainda não tinham sido analisados (grades curriculares de cursos de Pedagogia), e que serviram como fonte de dados para ilustrar a pesquisa (GIL, 2008).

A análise de dados, portanto, procurou evidenciar as disciplinas destinadas aos anos iniciais nos cursos de Pedagogia, na modalidade a distância, a fim de estudar como ocorre a formação docente para essa etapa do ensino na modalidade citada anteriormente.

3. DISCUSSÕES

A Educação a Distância é uma modalidade de ensino mediada pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Em seus primórdios, visava o ensino de um ofício por meio de cursos por correspondência. Hoje, configura-se como modalidade de ensino, que democratiza o acesso em todas as suas áreas. Dessa forma, é possível notar que a Educação a Distância (EAD) ganhou força nas últimas décadas e se desenvolveu, indo para muito além de seu propósito primário. Porém, o caminho até aqui foi longo, e diversos momentos históricos registram a evolução desta modalidade. Pietrobon e Frasson (2021), apontam três gerações que foram responsáveis por dar continuidade e trazer avanços para a Educação a Distância no país e normativas que regulamentam essa modalidade no decorrer do tempo.

A Primeira Geração da Educação à Distância (1900-1920) foi baseada em cursos por correspondência, que tinham como foco o ensino de um ofício, e Cortelazzo (2010) ainda destaca que 1904 é o marco inicial do ensino por correspondências no Brasil.



A Segunda Geração (1920 a 1970) foi sustentada pelo processo das telecomunicações. Segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED, 2015) nas décadas de 1920 e 1930, surge o ensino por radiodifusão. E, ainda em 1930, ocorre a criação da Rádio Sociedade (atual Rádio MEC). Na década de 1950, surge a TV TUPI, que traz consigo o ensino profissionalizante. Em 1960 e 1970, surgiram os cursos de supletivos de primeiro e segundo graus. Ainda, na década de 1970, tem-se a Lei Federal nº 5.692/71, que teve como objetivo ampliar o âmbito da educação para abranger mais pessoas que não podiam receber educação presencial.

A Terceira Geração (1980-1990) envolveu a era da aprendizagem em ambientes virtuais e redes de comunicação. Em 1980, tem-se a Universidade de Brasília (UNB) investindo em programas de ensino a distância e a Universidade de São Paulo (USP) consolidando o Laboratório de Tecnologias da Comunicação. Em 1995, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) se tornou a pioneira na oferta de cursos de licenciatura, que visava atender professores dos anos iniciais e ensino fundamental. No ano de 1996, há a homologação da LDB nº 9.394/96, que estabelece o Ensino a Distância como modalidade.

O Artigo 80, então, constitui:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. §1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§3º As normas para a produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais (BRASIL, 1996, p. 25).

Assim, nota-se um aumento nas solicitações de matrículas para os cursos, como vem a ocorrer com a Pedagogia e o Superior Normal.

Após estabelecida como modalidade através da LDB de 1996, vê-se a necessidade de enfatizar a sua estrutura e organização, deixando claro que os métodos eram diferentes dos presenciais, que correspondiam à proposta do EAD, assim, o Decreto nº 5.622/2005 vem regulamentar o artigo 80 da LDB nº 9.394/96, que definiu em seu artigo 1º a Educação a Distância como modalidade educacional. Também enfatiza que é um método de ensino com sua particularidade.



Em 2006, a Secretaria de Educação introduziu o Decreto nº 5.773, de 9 de maio do mesmo ano (BRASIL, 2006a), que dispõe sobre o desempenho das funções de regulação, supervisão e avaliação das universidades e cursos universitários e superiores sequenciais do sistema federal de ensino.

Foi publicado o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006 (BRASIL, 2006b), que institui a universidade aberta no Brasil, que define:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Universidade Aberta do Brasil UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB: I oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV ampliar o acesso à educação superior pública; V reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e, VII fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação 2 (BRASIL, 2006b, p. 1).

A UAB trata-se de uma rede de universidades públicas que busca aumentar a oferta de cursos e programas de educação superior, priorizando o atendimento aos docentes do ensino fundamental que exercem a profissão. Sendo oportunidade de profissionalização de nível superior. Articula instituições de ensino superior em estados e municípios brasileiros. Para que os cursos sejam ofertados, é necessário que cada município abra o seu polo presencial, que por sua vez, deve conter biblioteca e laboratórios de química, física e biologia, também devendo garantir o apoio e disponibilidade de tutores. O acesso à UAB ocorre através de vestibulares gratuitos, que são aplicados pelas próprias universidades (GATTI, 2009).

O Decreto nº 5.622/2005 foi válido até 2017, então revogado em virtude do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. O Decreto de 2017 veio para dar continuidade ao conceito de educação a distância, como método de ensino. Também veio reforçar a necessidade de momentos presenciais para realização de provas, trabalhos, defesa de Trabalhos de Conclusão de Curso e, entre outros, através do Art. 5º onde esclarece que os polos que oferecem educação à distância devem ter uma estrutura física, tecnológica e com pessoal adequado para executar os projetos e contribuir para o desenvolvimento dos cursos.

O mesmo também flexibiliza em Art. 6º o credenciamento de cursos na modalidade a distância, cabendo, as articulações entre os órgãos e as entidades vinculadas, ao Ministério da Educação (MEC).



Segundo Leite *et al.* (2018), o Decreto mantém o conceito da EAD como modalidade de ensino e reforça o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação, além de prever a oferta para a educação básica e superior. Entretanto, ressalva-se que a oferta do EAD para o Ensino Fundamental se dará somente em situações de emergência, conforme consta no Art. 9º do Decreto nº 9.057/2017:

Art. 9º A oferta de ensino fundamental na modalidade a distância em situações emergenciais, previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, se refere a pessoas que:

- I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial;
- II - se encontrem no exterior, por qualquer motivo;
- III - vivam em localidades que não possuam rede regular de atendimento escolar presencial;
- IV - sejam transferidas compulsoriamente para regiões de difícil acesso, incluídas as missões localizadas em regiões de fronteira;
- V - estejam em situação de privação de liberdade; ou
- VI - estejam matriculadas nos anos finais do ensino fundamental regular e estejam privadas da oferta de disciplinas obrigatórias do currículo escolar (BRASIL, 2017, p. 2).

Além do Decreto também possibilitar que instituições que não têm cursos correspondentes na modalidade presencial abram pedidos de credenciamento da educação à distância. Aponta o Art. 11º § 2º:

Art. 11. As instituições de ensino superior privadas deverão solicitar credenciamento para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância ao Ministério da Educação.

[...]

§ 2º É permitido o credenciamento de instituição de ensino superior exclusivamente para oferta de cursos de graduação e de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância (BRASIL, 2017, p. 2).

As instituições de ensino superior federais, estaduais e regionais que possuem autonomia podem oferecer cursos de nível superior desde que sejam credenciadas, nos termos do Art. 14. No entanto, devem notificar o Ministério da Educação para acompanhamento, avaliação e posterior aprovação dos cursos oferecidos (LEITE, GLAP, PIETROBON e FRASSON, 2018).

Através desse novo decreto, o MEC consegue proporcionar uma maior disponibilidade de matrículas, por meio da modalidade à distância, e assim, objetiva atingir a meta 12 do Plano Nacional da Educação, que prevê elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a alta qualidade da oferta e expansão para 40% das novas matrículas, no segmento público (PNE, 2014).

A. Qualidade da educação

De acordo com a Unesco (2001):



[...] a qualidade se transformou em um contexto dinâmico que deve se adaptar permanentemente a um mundo que experimenta profundas transformações sociais e econômicas. É cada vez mais importante estimular a capacidade de previsão e de antecipação. Os antigos critérios já não são suficientes (UNESCO, 2001, p. 1).

Atualmente, num contexto pós-pandêmico vive-se, mais do que nunca, uma sociedade de redes. Assim, foi capaz ver-se de perto a necessidade do aprender autônomo, onde o aluno se vê na necessidade de desenvolver e repensar seu conhecimento, levando em conta aquilo que faz. A EaD compreende um perfil diferenciado de aluno e de docente, com características distintas do ensino presencial. Os alunos devem ser movidos pela liberdade de descobrir e orientar a sua aprendizagem, sem ligação física e tendo mais liberdade para com os horários. Hoje, o mundo está muito mais favorável para o ensino a distância, e se torna a cada dia, ainda mais uma necessidade, uma exigência social (GADOTTI, 2011). Assim como os alunos mudam, os professores também mudam. Estes que passaram de lecionadores a eternos aprendizes. Hoje, o professor não é apenas um mediador, mas um organizador da aprendizagem, um solucionador de problemas de conhecimento, ele deve estar atento à formação dos alunos. De fato, com todas as mudanças, concordar-se que o papel da escola também mudou, passando a ser a gestão da informação generalizada e a reconstrução do conhecimento socialmente importante.

A educação deve ser apropriada para seu público, conter uma qualidade sociocultural. Não basta apenas matricular alunos, mas também a sua cultura, seus sonhos e projetos de vida, havendo uma perspectiva ética (GADOTTI, 2011).

Portanto, para acompanhar as mudanças que estão ocorrendo e, com isso, melhorar a qualidade da educação pública, é necessário investir na formação continuada. O ensino deve ser feito de forma sistemática, não apenas na educação básica, mas em áreas que vão desde a educação infantil até a pesquisa de pós-doutorado. Todo o ensino está interconectado, e seu comportamento e atitude serão ecoados no futuro, tanto positivos quanto negativos. Dessa forma, se defende a formação continuada, como uma forma de não deixar que a docência se estagne e perca, nas palavras de Paulo Freire, sua boniteza. A qualidade da educação é condição de eficiência econômica, medida pela autonomia intelectual e capacidade de pensar (GADOTTI, 2011).

A educação de qualidade é a educação que desenvolve pessoas autônomas, idealistas e críticas. Mas uma educação de qualidade só é possível quando existem professores bem formados, com boas condições de trabalho e bons projetos para seguir. Cortelazzo (2010) coloca que um ensino de qualidade deve ser estruturado pela colaboração (requer do indivíduo



o compartilhamento de saberes e experiências), acessibilidade (estrutura sistêmica que possibilita o acesso ao conhecimento) e da equidade (as possibilidades que garantem a igualdade no contexto escolar).

Quando se coloca a educação a distância no debate sobre a qualidade do ensino, muitas vezes pode ser ouvida a retórica de que o ensino presencial é melhor e o ensino a distância é ruim. Gadotti (2011) ainda considera que a EAD não está para substituir o ensino presencial, e nem seguir seus critérios de ensino, tendo em consideração que são modalidades diferentes, com suas próprias normativas e princípios. No entanto, a educação a distância possui diferentes referenciais de qualidade do ensino presencial, tais como: a informação deve ser clara e precisa; deve possuir sistemas que permitem acesso rápido aos materiais; disponibilizar materiais instrucionais que são elaborados de acordo com as necessidades dos alunos e seguem os princípios do Programa de Políticas de Ensino e referências institucionais e, por fim, ter um sistema de avaliação que inclui atividades presenciais e remotas (GATTI, 2009).

O “segredo” da educação a distância não está na produção constante de materiais didáticos, mas na mediação. A produção de materiais didáticos não garante a qualidade do ensino ministrado, mas sua mediação, os métodos de ensino e a didática utilizados para isso, é a chave para a existência de um ensino de qualidade. Como mencionado anteriormente, é necessário investir na formação continuada para introduzir novos métodos de ensino na educação a distância.

B. O papel do professor e o curso de pedagogia

Freire (1979) coloca a ação docente como a base de uma formação de qualidade que visará a construção de uma sociedade pensante. Também, pode-se citar Gadotti (2011), onde o autor coloca o professor como organizador da aprendizagem.

Atualmente o papel do professor é colocado como uma ponte entre o conhecimento e o estudante, a fim de garantir que esse aluno se desenvolva criticamente, com o propósito de formarem pessoas protagonistas e não apenas estudantes passivos, poupados do pensar crítico. Para isso, o professor precisa honrar seu compromisso com a educação, renovando suas práticas e seus métodos, buscando formar sujeitos ativos e pensantes.

Segundo Libâneo (1994, p. 88): “O trabalho docente é atividade que dá unidade ao binômio ensino-aprendizagem, pelo processo de transmissão-assimilação ativa de conhecimentos, realizando a tarefa de mediação na relação cognitiva entre o aluno e as matérias de estudo”. Com esta colocação do autor, compreende-se que o professor deve sistematizar seus



conteúdos sem deixar de levar em consideração a experiência sociocultural que os alunos possuem desde seu nascimento, para que não ocorram confrontos na prática de ensino-aprendizagem.

Os professores devem conciliar os chamados “saberes elaborados” acumulados na história social com as experiências dos alunos, para que os mesmos possam estudar criticamente sua atuação como sujeito social, focando no ensino de saberes passados, saberes tradicionais, para compreender as condições atuais e futuras.

Segundo Silva (2006), o programa de ensino foi instituído pela organização do Instituto Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil por meio do Decreto nº 1.190, de 4 de abril de 1939. O documento aborda as normas federais, quais instituições devem se adequar, e questões relacionadas aos cursos de bacharelado e licenciatura. Para Almeida e Lima (2012), os cursos de Pedagogia foram criados no Brasil porque se preocupavam em preparar os professores para o trabalho no ensino médio e não no ensino fundamental, uma vez que o ensino no ensino fundamental exigia apenas a formação em escolas normais.

Em 1999, foram publicadas recomendações para diretrizes curriculares de Pedagogia elaboradas por especialistas, as quais abordavam os princípios discutidos pela Associação Nacional para a Formação de Profissionais da Educação, ANFOPE. A proposta aborda as funções do currículo e do campo de atuação dos educadores, segundo os quais os profissionais podem desempenhar um papel na organização e gestão dos sistemas, unidades e programas educacionais, na produção e disseminação do conhecimento (SILVA, 2006).

A partir disso, Pietrobon e Frasson (2021) dissertam sobre o curso de Pedagogia:

[...] tem como objeto de estudo o processo de ensino e aprendizagem, o qual por meio de conhecimentos de base científica e técnica elucida a realidade do setor educacional, em constantes mudanças. [...] A Pedagogia, enquanto campo de estudo, traz em seu bojo o aporte de diversas áreas do conhecimento, as quais visam o entendimento do fenômeno educacional, contemplando, desta maneira, o sujeito que se encontra nesse processo – quer seja a criança, o adolescente, ou mesmo o adulto. Entre estas áreas encontram-se a História, a Antropologia, a Psicologia, a Filosofia, a Sociologia, a Linguística, entre outras (PIETROBON; FRASSON, 2021, p. 33).

Com base no citado acima, entende-se que a prática pedagógica é elaborada a partir dos determinantes da realidade educacional e que envolve todos os tipos de indivíduos, desde crianças à adultos. Pensando nisso, compreende-se que o curso de Pedagogia deve compreender todos os níveis de ensino, analisando e compreendendo todas as nuances que esse ensino requer, visando o ensino com qualidade para todos, além de pensar que o professor e o pedagogo estão em constantes situações que se ligam à escola, direta e indiretamente, cabendo ao curso de



formação proporcionar, além dos conhecimentos referentes a planejamentos, execução e avaliação, o conhecimento necessário para lidar com estas situações que correspondem à equipe de gestão educacional.

Enquanto isso, no curso de Pedagogia, na modalidade a Distância, é posta hoje como uma modalidade de ensino, a qual exige profissionais que consigam construir o ensino de forma diferenciada. Segundo Gottardi (2015):

A EAD, apoiada pelas tecnologias da comunicação e metodologias de ensino, traz modificações nas funções tradicionais do ensinar e aprender, a “sala de aula” não é o único espaço possível de aprendizagem. Tem-se possibilidade de mudar da sala de aula – espaço físico – para sala de aula virtual, no ciberespaço. [...] Embora em ambas as modalidades o objetivo seja o mesmo: construir novos conhecimentos e educar para a cidadania, ambas se comportam diferentemente nos seus devidos espaços. (GOTTARDI, 2015, p. 112)

É através dessas modificações que o curso de Pedagogia a Distância exige uma prática diferenciada por parte de seus docentes, haja vista que a mediação professor-alunos-conhecimento se dá pela mediação tecnológica, com vistas a uma formação que tenha qualidade, e que possa ser aprofundada em termos conhecimentos e saberes concertes à profissão em foco.

C. A formação para os anos iniciais

Ao abordar questões relacionadas à organização curricular, a ANFOPE (2000) vem defendendo uma base nacional comum para a formação de professores desde a década de 1980, independente da etapa de formação, além dos componentes de formação específica, que possibilitem o aprofundamento em áreas do conhecimento que serão objeto de trabalho de sua atuação.

Das principais questões identificadas nas áreas de formação de professores, instituições e currículo, destaca-se a necessidade de adequar o processo de formação ao conteúdo da área de atuação do professor. Portanto, o processo de formação deve tomar como referência o nível de ensino escolar em que os futuros professores irão atuar. Pensando nisso, observa-se que o Conselho Nacional de Educação – CNE (2001), afirma que:

Nenhum professor consegue criar, planejar, realizar, gerir e avaliar situações didáticas eficazes para a aprendizagem e para o desenvolvimento dos alunos se ele não compreender, com razoável profundidade e com a necessária adequação à situação escolar, os conteúdos das áreas do conhecimento que serão objeto de sua atuação didática, os contextos em que se inscrevem e as temáticas transversais ao currículo escolar (BRASIL, 2001, p. 20).

O CNE (2001) ainda aponta que o currículo deve conter o conteúdo imprescindível para o desenvolvimento das competências necessárias para o profissional e tratá-los em suas



diferentes proporções e que devem ser incluídos no projeto de formação pedagógica. E, dessa forma, como o curso de Pedagogia é voltado para a formação docente, como uma de suas vertentes formativas os anos iniciais do ensino fundamental, o Conselho discorre que:

A definição do que um professor de atuação multidisciplinar precisa saber sobre as diferentes áreas de conhecimento não é tarefa simples. Quando se afirma que esse professor precisa conhecer e dominar os conteúdos básicos relacionados às áreas de conhecimento que serão objeto de sua atividade docente, o que se quer dizer não é que ele tenha um conhecimento tão estrito, basicamente igual ao que vai ensinar, como também não se pretende que ele tenha um conhecimento tão aprofundado e amplo como o do especialista por área de conhecimento [...] Os professores em formação precisam conhecer os conteúdos definidos nos currículos da educação básica, pelo desenvolvimento dos quais serão responsáveis, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam. É necessário tratá-los de modo articulado, o que significa que o estudo dos conteúdos da educação básica que irão ensinar deverá estar associado à perspectiva de sua didática e a seus fundamentos (BRASIL, 2001, p. 39).

Com base no citado acima, entende-se que a formação para professores destinada aos anos iniciais deve conter disciplinas além das focadas em metodologias amplas, mas que se trabalhe fundamentos, didática e a ludicidade, para assim, formar professores com bagagens teóricas suficientes para conseguir conhecer e dominar os conteúdos, técnicas e metodologias necessárias para o trabalho pedagógico com os alunos dos anos iniciais, considerando que a atuação multidisciplinar exige uma maior entrega por parte do docente e sem uma formação que proporcione essa ação docente, isso se torna um empecilho na hora de atuar.

Entende-se, assim, que as propostas de um currículo pedagógico na EAD não podem ignorar a base conceitual, as práticas atuais e as discussões em torno do ensino e das pesquisas que vêm sendo debatidas ao longo da última década por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, pois são a síntese de abordagens e movimentos debatidos, os quais identificaram o ensino como alicerce da formação docente (PIETROBON; FRASSON, 2021).

Além disso é necessário que os cursos de formação de professores tenham seus objetivos muito bem definidos e incluir no seu currículo uma proposta pedagógica que permita ter uma reflexão dialógica.

Ainda sobre a formação de professores, é de inegável necessidade apontar o Art. 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (2006):

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-



escolares; III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares (BRASIL, 2006, p. 02).

A Educação a Distância tem como uma de suas premissas uma educação inovadora e de qualidade, com vistas à formação profissional. A modalidade também permite que o aluno seja realmente ativo, no seu aprendizado e, sobretudo, no aprender a aprender. Que segundo os escritos de Gatti (2009), precisa-se compreender que o campo da modalidade a distância tornou-se uma via na qual as políticas educacionais vêm valorizando nos últimos anos, tendo em conta que é uma rápida alternativa para prover a formação, onde suas tecnologias flexibilizam os tempos formativos e permitem uma maior compatibilidade com todas as diversidades de jornadas de trabalho.

4. RESULTADOS

Levando em consideração o que foi apresentado nos itens acima, compreende-se que a EaD consegue proporcionar um ensino de qualidade e inovadora desde que atenda aos requisitos a serem contemplados nas propostas de curso, bem como se adequa às necessidades dos contextos nos quais viabiliza seus cursos. Assim, buscou-se grades curriculares de instituições privadas que possuem o curso de Pedagogia à distância para realizar um comparativo entre elas e entender o espaço destinado aos anos iniciais nesses cursos. As grades curriculares foram consultadas de forma online, portanto dados públicos, de instituições privadas.

O Quadro 1, abaixo, apresenta uma listagem comparativa entre as 7 grades curriculares mapeadas e uma lista de disciplinas ofertadas em cursos de Pedagogia à distância, buscando visualizar de forma mais clara a disponibilidade de disciplinas destinadas aos anos iniciais na formação docente em nível de graduação.

Quadro 1: Disciplinas e Grades.

| DISCIPLINAS | G1 | G2 | G3 | G4 | G5 | G6 | G7 |
|--------------------------------------------------------------|----|----|----|----|----|----|----|
| Fundamentos da Educação | X | — | — | X | X | X | — |
| Teoria e metodologia do ensino da Alfabetização e Letramento | X | X | X | X | X | X | X |
| Didática | X | X | — | X | X | X | — |
| Teoria e metodologia do ensino da Língua Portuguesa | X | X | X | X | — | X | X |
| Literatura | — | — | — | X | X | — | — |
| Ludicidade | — | — | — | X | X | — | — |
| Teoria e metodologia do ensino da Ciências | X | X | X | X | X | X | X |
| Teoria e metodologia do ensino da Matemática | X | X | X | X | X | X | X |
| Teoria e metodologia do ensino da Geografia | X | X | X | X | X | X | X |



| | | | | | | | |
|---------------------------------------------------|-----|------|------|-----|------|------|------|
| Teoria e metodologia do ensino da História | X | X | X | X | X | X | X |
| Teoria e metodologia do ensino da Educação Física | — | — | X | X | — | — | — |
| Teoria e metodologia do ensino da Artes e Música | X | X | X | X | X | X | X |
| Educação: Jogos e Brincadeiras | — | — | X | — | — | X | X |
| Disciplinas Optativas/Eletivas | — | — | — | X | — | — | X |
| Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais | X | X | X | X | X | X | X |
| Carga horária (estágio supervisionado) | 50h | 100h | 100h | 50h | 150h | 100h | 100h |

X possui na grade curricular — não possui na grade curricular G(n) = Grade curricular

Fonte: Autoria própria (2022).

Com base no quadro acima, pode-se perceber que nenhuma das grades curriculares possui todas as disciplinas listadas no quadro em seus currículos, mas observa-se diferenciais em cada uma delas.

Num primeiro olhar, é possível observar similaridades entre as grades curriculares, permitindo realizar comparações significativas. As grades G1 e G2 são muito similares e deixam de ter em seus currículos as disciplinas de Literatura, Ludicidade, Teoria e Metodologia do ensino da Educação Física, Educação: Jogos e Brincadeiras e Disciplinas Optativas. Entretanto, as duas grades curriculares diferem nos momentos em que a grade G1 possui a disciplina de Fundamentos da Educação e uma carga horária destinada ao Estágio Supervisionado de 50 horas, enquanto a grade G2 não possui a disciplina de Fundamentos da Educação, mas possui o dobro de horas destinadas ao Estágio Supervisionado. Pode-se notar similaridade também nas grades G3, G6 e G7 que diferem nas disciplinas de Fundamentos da Educação e Didática, onde apenas a grade G6 possui, também diferem na disciplina de Teoria e Metodologia do ensino da Educação Física, que a grade G3 possui e nas Disciplinas Optativas que observando vê-se a grade G7 possuir, e até mesmo, compartilham a mesma carga horária destinada ao Estágio Supervisionado, as três grades com 100 horas.

As outras duas grades curriculares possuem grandes diferenças das demais, como é o caso da grade G4, onde só se vê a ausência da disciplina Educação: Jogos e Brincadeiras, além de possuir uma carga horária destinada ao Estágio Supervisionado de apenas 50 horas, enquanto na grade G5 nota-se a ausência de disciplinas como: Teoria e Metodologia da Língua Portuguesa, Teoria e Metodologia do Ensino da Educação Física, Educação: Jogos e Brincadeiras e Disciplinas Optativas, mas se destaca pela sua carga horária para o Estágio Supervisionado, que é de 150 horas.

Observando o quadro, é possível notar a valorização das disciplinas de Teoria e Metodologia, Fundamentos da Educação, Didática e Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais, porém nota-se a falta de disciplinas como Literatura, Ludicidade, a disciplina de Teoria e



Metodologia do ensino da Educação Física, Educação: Jogos e Brincadeiras e das Disciplinas Optativas. Destaca-se sua ausência devido a importância que estas disciplinas têm na formação docente, principalmente disciplinas como a Teoria e Metodologia do ensino da Educação Física, Ludicidade e Educação: Jogos e Brincadeiras, como citado anteriormente, nenhum professor consegue elaborar e colocar em prática atividades se ele não souber pelo menos o básico da importância que essas disciplinas trazem.

Ainda aqui considera-se a importância dos jogos e brincadeiras, da ludicidade nas aulas, visto que nos anos iniciais o docente irá ministrar aulas para crianças e é necessário um conhecimento que permita às mesmas aprender enquanto e como crianças. Sobre isto pode-se mencionar Kishimoto (2010, p. 01) que diz que, a brincadeira é a atividade principal no cotidiano das crianças, sendo por meio dela que os alunos experienciam a tomada de decisões, expressão de sentimentos e da sua individualidade, além da partilha e da exploração da individualidade e identidade.

E, visando complementar os apontamentos de Kishimoto (2010), é possível trazer o Art. 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (2006) que retifica que a estrutura na qual o curso está apoiado deve se constituir, segundo os itens E e H do seu inciso 1º, de:

I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará: [...] e) aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial; [...] h) estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente (BRASIL, 2006, p. 3).

Ao observar também as disciplinas de Estágio Supervisionado, nota-se que possuem uma carga horária maior na maioria das grades, mas somente o estágio não traz o conhecimento abordado por essas disciplinas. Dessa forma é importante ressaltar o trazido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (2006) pelo Art. 3º:

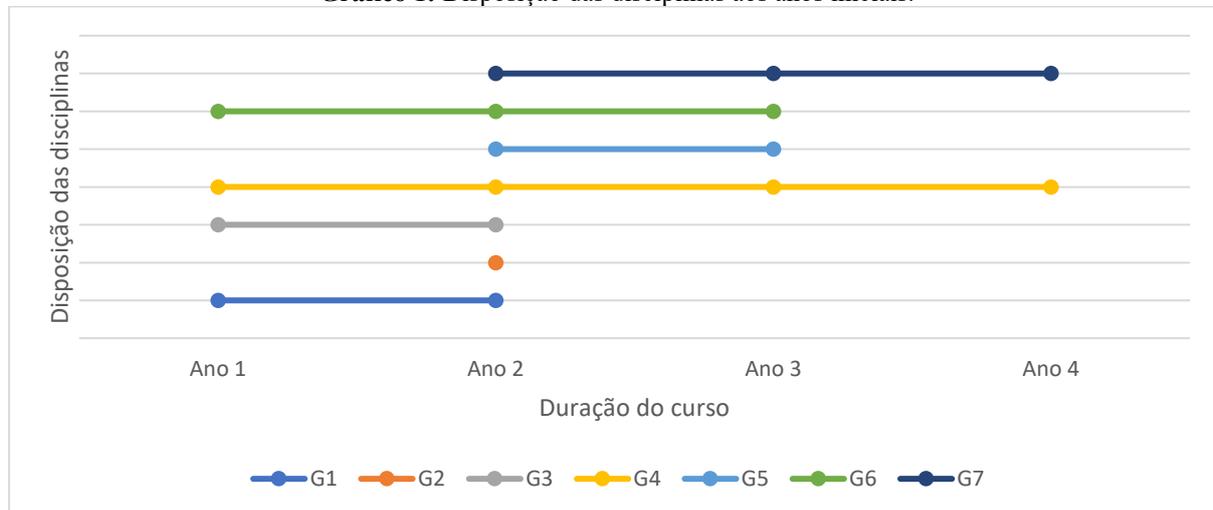
Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (BRASIL, 2006, p. 1).

Assim, a falta de disciplinas optativas juntamente com as citadas anteriormente, permite notar uma falta de possibilidade para os alunos, usando como exemplo a grade G7, que apesar de faltar com essas disciplinas como obrigatórias, possibilita a sua escolha através das Disciplinas Optativas.



Em seguida, no Gráfico 1, abaixo, pode-se observar como ocorre a disposição das disciplinas listadas anteriormente nos quatro anos do curso de Pedagogia de cada uma das grades curriculares.

Gráfico 1: Disposição das disciplinas aos anos iniciais.



$G(n)$ = Grade curricular

Ano(n) = duração do curso

Fonte: Autoria própria (2022).

Observando o quadro acima, pode-se notar que quatro das sete grades curriculares inicia o curso com disciplinas destinadas à docência em anos iniciais, e que apenas três começam o ensino a essas disciplinas no segundo ano do curso. Assim nota-se, também, que as grades G1, G3 e G5 compartilham, em anos, o mesmo período para o ensino das disciplinas vistas anteriormente, sendo um período de dois anos. Enquanto as últimas duas últimas grades curriculares (G6 e G7) também compartilham o mesmo período, sendo de três anos. E, fugindo a esse padrão das outras grades, tem-se a grade G2, que possui apenas o segundo ano do curso para o ensino destas disciplinas e, também, a grade G4, que estrutura as disciplinas destinadas aos anos iniciais durante os quatro anos do curso.

Nota-se que as grades G1 e G3 tem o primeiro e o segundo ano do curso destinado ao ensino das disciplinas com foco nos anos iniciais. Enquanto a grade G6 destina os três primeiros anos para esse ensino. A grade G7, diferente das demais grades curriculares, deixa as disciplinas destinadas ao ensino nos anos iniciais para os últimos três anos do curso.

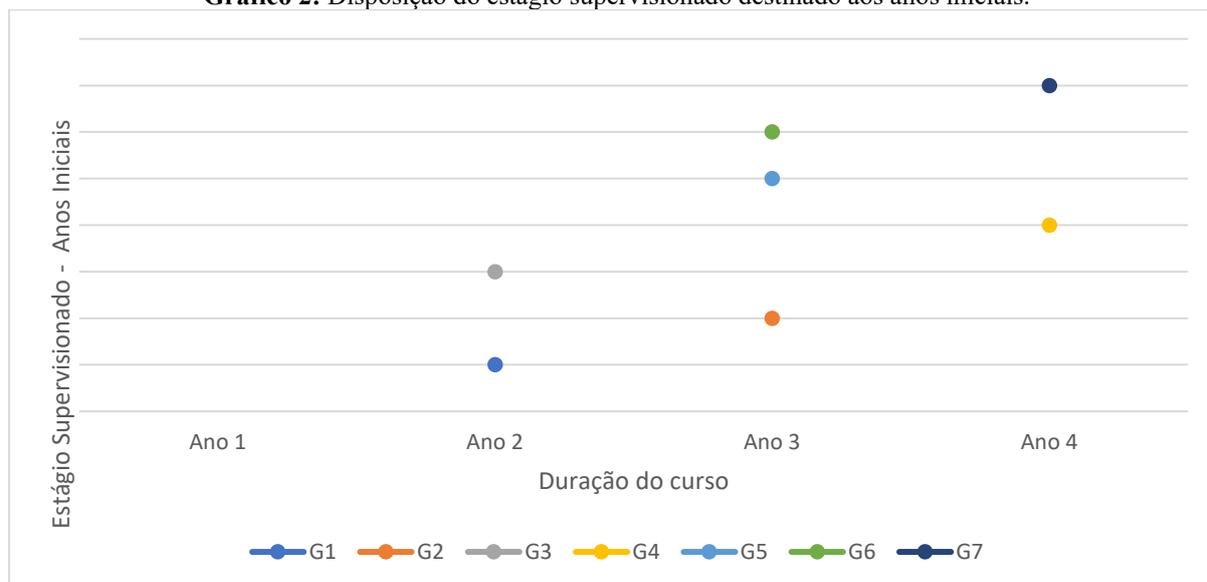
Com base nisso, pode-se realizar um comparativo com o quadro anterior (quadro 1), onde consegue-se observar que as grades G1 e G2 apesar de serem bem similares, destinam períodos diferentes para o ensino dessas disciplinas. O mesmo ocorre com as grades curriculares G3 e G7, onde as grades diferem com o período de um ano de diferença. A grade G4, possuindo um grande número de disciplinas, coloca essas disciplinas dispostas nos quatro anos do curso,



levando em consideração as Disciplinas Optativas, que também podem ofertar mais disciplinas destinadas ao ensino nos anos iniciais. As grades G5 e G6 apesar de terem o mesmo número de disciplinas ofertadas, variam também com a disposição destas com um ano de diferença.

Em seguida, de forma a complementar a análise das grades curriculares, finaliza-se as análises das grades curriculares através do Gráfico 2, abaixo, o qual traz as disposições do Estágio Supervisionado destinado aos Anos Iniciais de acordo com as grades curriculares analisadas anteriormente.

Gráfico 2: Disposição do estágio supervisionado destinado aos anos iniciais.



G(n) = Grade curricular

Ano(n) = duração do curso

Fonte: Autoria própria (2022).

De forma a aprofundar a leitura das grades, retoma-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (2006), neste momento focando em seu Art. 2º o qual retifica:

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. § 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. § 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará: I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas; II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico [SIC], o sociológico, o político, o econômico, o cultural (BRASIL, 2006, p. 1).

Pode-se observar no gráfico 2 que, apesar das diferenças em disposição de períodos



destinados ao ensino das disciplinas, os estágios se concentram nos três últimos anos do curso.

As grades curriculares G1 e G3 estabeleceram seus estágios no segundo ano do curso, e quando comparadas com o gráfico 1, nota-se que o Estágio Supervisionado ocorre no decorrer do último ano destinado às disciplinas para os anos iniciais. A mesma situação ocorre com as grades curriculares G5 e G6, ocorrendo no terceiro ano do curso e nas grades G4 e G7, estabelecendo o Estágio Supervisionado no último ano. A única grade que foge a essa situação do Estágio Supervisionado ocorrendo no mesmo ano em que as disciplinas destinadas ao ensino dos anos iniciais se encerram é a grade G2. A grade G2 estabelece seu Estágio Supervisionado no terceiro ano do curso, ano seguinte ao encerramento das disciplinas vistas anteriormente no quadro 1.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos do plano de atividades, desde realizar um estudo sobre a formação docente na modalidade a distância; sobre as grades curriculares do curso de Pedagogia EaD; e sobre analisar o espaço da formação para atuação nos anos iniciais, pode-se afirmar que houve a possibilidade de perceber neste estudo que, há um espaço que contempla disciplinas de cunho teórico e prático nas grades curriculares de cursos de Pedagogia, na modalidade a distância, investigados.

Cada uma delas possui diferenças e similaridades, mas prevê-se esse elemento formativo, conforme está previsto nas Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia (2006). Os professores que irão trabalhar com alunos dos anos iniciais precisam sempre repensar estratégias, ludicidade e didática para não acabarem limitados. É inevitável compreender a sua condução de classe e as suas práticas pedagógicas. Ele sendo o mediador do conhecimento, será parte fundamental na execução do desenvolvimento educacional e de autonomia para os alunos. É ele quem irá elaborar novas propostas de ensino, atuar com práticas diferentes e pensá-las de forma a atender às necessidades e particularidades dos alunos.

E é a partir dos resultados obtidos que se pode considerar, com o estudo das grades curriculares e após entender o espaço da formação para atuação nos anos iniciais, que a formação apresentada nas grades para o ensino dos anos iniciais é básica, sendo uma introdução a esses conteúdos apresentados, entretanto, pode-se ver lacunas nestas grades, lacunas que podem impactar de maneira negativa a formação de professores na modalidade EaD. Algumas grades analisadas se mostram suficientes para abranger todas as disciplinas consideradas essenciais para uma formação mínima na área, enquanto outras não ampliaram para temáticas



que poderiam complementar a mesma. Apesar de tudo, nota-se esforços compensatórios em seus estágios supervisionados com grande número de horas, mas ainda assim, somente o estágio não é capaz de substituir de toda forma o que deixa de ser priorizado.

Assim, é imprescindível que o aluno do curso de Pedagogia tenha o acesso à todo o material possível para ter uma base formativa que lhe sirva futuramente, onde os cursos de Pedagogia a distância tenham a possibilidade de ofertar disciplinas que sirvam de aporte teórico para fundamentar teorias com literaturas que embasem hipóteses e interpretações que permitam orientar pensamentos e práticas, entretanto, muitas vezes essas disciplinas ficam de fora das grades curriculares, e uma opção identificada em análise é a de estabelecer disciplinas eletivas que possam abordar disciplinas com esse caráter teórico e fundamentalista.

Conclui-se dizendo que apesar das várias instituições analisadas não possuem um espaço consolidado para o ensino das disciplinas destinadas aos anos iniciais, com um olhar cuidadoso, enxerga-se uma tentativa de melhorar esse ensino, e que a passos lentos, pode-se imaginar que esse ensino se desenvolva em questões de qualidade e melhor oferta nas disciplinas tidas como obrigatórias, em especial no que se refere à formação no curso de Pedagogia, haja vista que os profissionais atuarão com a base educacional, sobretudo a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. B.; LIMA, M. G. Formação inicial de professores e o curso de pedagogia: reflexões sobre a formação matemática. **Ciência & Educação**, v. 18, n. 2, p. 451-468, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/z5hWcCJWx8XHzjtfVzg7ZWK/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: Abr. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – ABED. **A educação a distância no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). Encontro Nacional, 10. 2000. Brasília (DF). **Documento Final**. Brasília (DF): ANFOPE, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 1.190, de 4 de abril de 1939**. Dá Organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1190-4-abril-1939-349241-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: Abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006a**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em:



<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/Decreton57731.pdf>>. Acessado em: Out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006b**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/d5800.htm>. Acessado em: Out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://abed.org.br/arquivos/DECRETO_N_9.057_25_MAIO_2017_regulamentador_Educacao_Distancia.pdf>. Acessado em: Out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acessado em: Mai. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: Out. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF. 26 Jun. 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acessado em: Out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Conselho Nacional de Educação (CNE)**. Parecer CNE/CP Nº 009, de 8 de maio de 2001. Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Homologado por despacho do Ministro em 17 jan. 2002. Diário Oficial da União, Brasília (DF), Seção 1, p. 31, 18 jan. 2002.

BRASIL. **Ministério de Educação**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p. 11.

CORTELAZZO, I. B. C. **Prática Pedagógica, aprendizagem e avaliação em Educação a Distância**. 2. Ed. Ver. – Curitiba: Ibpx, 2010.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2010.

GATTI, A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GOTTARDI, M. L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, 2015. Disponível em: <



http://www.abed.org.br/revistacientifica/_Brazilian/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APREN_DIZAGEM.pdf>. Acessado em: Jun. 2022.

KISHIMOTO, T. M. **Brinquedos e brincadeiras na educação infantil do Brasil. Cadernos de Educação de Infância**, Lisboa, p. 4 - 7, 30 ago. 2010.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. – (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor). São Paulo: Cortez, 1994.

LEITE, D. B. G. *et al.* **Ritos regulatórios da Educação a Distância: ponderações acerca dos decretos Nº 5.622/2005 e Nº 9.057/2017. PAIDÉI@ (SANTOS)**, v. 10, p. 1-17. Disponível em:

<
<https://periodicosunimes.unimesvirtual.com.br/index.php/paideia/article/download/836/841>>. Acessado em: Jun. 2022.

PIETROBON, S. R. G.; FRASSON, A. C. **A formação do professor da educação infantil no contexto da modalidade a distância: o curso de pedagogia em foco**. Tese (Doutorado em Ensino de Ciência e Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. 2021. 1. ed. Ponta Grossa - PR: Atena Editora. Disponível em: <<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585826>>. Acessado em: Ago. 2022.

SILVA, C. S. B. D. **Curso de Pedagogia no Brasil. História e Identidade**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

UNESCO. “Los países de América Latina y el Caribe adoptan la declaración de Cochabamba sobre educación”. In: **Anais da Oficina de informação Pública para América Latina y Caribe**. 2001. Disponível em: <<http://www.iesalc.org>>. Acessado em: Ago. 2022.